

6 Com. Brasil

30 MAI 1992

Um espanto teratológico

CORREIO BRAZILIENSE

Josemar Dantas

Depois das graves turbulências provocadas pela avalanche de denúncias sobre corrupção, há sintomas de que os títulos de credenciamento político junto ao poder, doravante, poderão comprometer a imagem de seus portadores. E, com margem de certeza bastante significativa, os pontos nucleares da suposta política de modernização econômica perderão credibilidade na mesma proporção dos escândalos que acabam de colocar a Nação em suspense.

Não está em causa saber se são procedentes as acusações ou se, algum dia, será possível conhecer a verdade inteiramente nua. O fato é que se instalou no País um clima deletério de desconfiança, com inevitável indução ao afrouxamento de convicções políticas e doutrinárias. E, ainda que se possa alcançar uma reversão completa do quadro atual de dissolvência, a inútil dissipação de energias suscitará a falta de élan para os arroubos das transformações radicais.

Para alguns políticos antolhados pelas viéses do oportunismo o painel nítido da realidade se esboça em figurações cinzentas, indistinta, oculta nos reverberos da luz. Tal ofuscamento parece haver perturbado a visão do deputado César Maia, tão fortemente quanto de vezes anteriores, ele que, originalmente, sentou praça política nos bivaques do socialismo brizolista. Pois, por inspiração solidária ao nanismo do Estado, desejo árdego da atual administração política, e em oposição às suas antigas idéias econômicas, não é que o parlamentar trabalha agora para privatizar todas as instituições financeiras oficiais?

Quando a recatada sra. Zélia Cardoso de Melo, então ministra da Economia, assombrou o mundo capitalista com o sequestro de todos os ativos financeiros do País, o deputado Maia, em assomos de delírio, teve a

coragem de qualificar aquele aborto teratológico de "plano" e considerá-lo "genial". Foi um espanto. Afinal, era ele um economista matriculado nas vertentes da esquerda e político tornado viável pelo amparo eleitoral do engenheiro Leonel Brizola. Desde então, o seu entusiasmo pelas doutrinas liberais do mundo oficial tem crescido na mesma proporção do declínio para onde embicou o prestígio de que desfrutava como economista e político. Ainda bem.

Ainda bem, repita-se, porque agora o eminente parlamentar, novo oráculo na catedral do liberalismo, pretende reduzir o Estado à função de espantar mosquitos. Nem mesmo os mais exaltados cultores da privatização imaginaram transferir à iniciativa particular o Banco do Brasil, o Banco do Nordeste, a Caixa Econômica Federal e os demais agentes financeiros estatais jurisdicionados à União. O desaparecimento de semelhantes instituições seria catastrófico ao País, considerando o papel insubstituível que desempenham para o equilíbrio do mercado, com frequência exposto à fraude e à expropriação dolosa do patrimônio do povo. Há algum exagero nisso? Não. Ainda não assentou a poeira levantada pelos escândalos do Comind, Auxiliar, Sul Brasileiro, Brasilinvest, Halles, e instituições financeiras como a Colmeia, Coroa Brastel e Delfim, só para citar alguns casos.

Os bancos oficiais sob controle da União são insubstituíveis, também, como agências de fomento econômico e desenvolvimento social, alternativas operacionais além e acima da especulação predominante no sistema privado. Por isso mesmo foram admitidos na Constituição como instrumentos da estratégia nacional. Parece assim que, nas circunstâncias, a obtenção das graças inebriantes do poder não passa pelos ínviros caminhos da privatização dos bancos estatais.